

Greve histórica arranca conquistas para o Seguro e a Seguridade Social

Mesmo com uma pandemia, que já ceifou mais de 670 mil vidas no país, um governo autoritário e inflação nas alturas, as servidoras e os servidores do INSS, da Saúde e do Trabalho mostraram a sua coragem e força

Após o governo Bolsonaro ignorar as reivindicações das/os servidoras/es públicos durante os três primeiros anos de mandato, as categorias do seguro e da seguridade social foram à luta. Iniciaram uma greve em março e nela permaneceram por mais de 60 dias e, mesmo com o corte de salários, se mantiveram na luta.

E a mobilização valeu a pena! Isso porque a greve foi encerrada com diversos avanços para as categorias.

“Logo após o encerramento da nossa greve, o governo anunciou que não haveria reajuste salarial para as servidoras e servidores. Ou seja, as categorias que ficaram esperando reajuste, podem ficar sem nada este ano, enquanto nós, com a nossa greve, arrancamos avanços importantes”, destacou a diretora do Sindprev-ES, Marli Brigida.

Confira as conquistas da greve no encarte especial desta edição do jornal do Sindprev-ES!



2

Sindprev-ES proporá novas ações na justiça. Confira como fazer parte!

3

Sindprev-ES denuncia desmonte do INSS em audiência pública na Ales

Encarte
Especial

Saiba mais sobre a greve e as suas conquistas para a categoria!

GDASS 70 pontos para aposentadas/os do INSS

As/os servidoras/es que se aposentaram até dezembro de 2015 e pensionistas que tiveram a pensão instituída até dezembro de 2015 têm direito a essa nova ação

A Justiça está reconhecendo o direito das/os servidoras/es aposentadas/os do INSS ao recebimento da GDASS equivalente a 70 pontos. Atualmente, a maioria das/os servidoras/es aposentadas/os antes de 2015 tem recebido a GDASS em valor equivalente a 50 pontos.

Trata-se de uma nova ação visando o pagamento de diferenças de GDASS às/aos servidoras/es aposentadas/os antes de dezembro de 2015, que estão recebendo menos do que aquilo que é garantido pela Lei.

Aquelas/es aposentadas/os do INSS que se encontram nesta situação devem procurar o Jurídico do Sindprev para entrar com o processo.

Quem tem direito a esta ação?

- Servidoras/es que se aposentaram até dezembro de 2015;
- Pensionistas que tiveram a pensão instituída até dezembro de 2015

Órgão: INSS

Documentos necessários para a nova ação de GDASS:

- Cópia simples de Identidade, CPF e comprovante de residência;
- Fichas financeiras dos últimos 5 anos;
- Publicação da aposentadoria. Se for pensionista, além da publicação da aposentadoria, também é necessário a publicação do ato que institui a pensão.
- Kit do Jurídico.

Perdas no abono de permanência (todos os órgãos)

O Sindprev-ES convoca as/os servidores que recebem abono de permanência, ou que receberam nos últimos 5 anos, para entrar com processo visando reparação das perdas que sofreram.

É que o pagamento do 13º salário e do 1/3 constitucional de férias não foi feito sobre o valor do abono de permanência, causando perdas significativas ao longo dos anos. A ação judicial busca que o/a servidor/a passe a receber corretamente no futuro, buscando também o pagamento das diferenças pretéritas. Já existem decisões judiciais favoráveis.

Quem tem direito a esta ação?

- Servidoras/es ativos que recebem abono de permanência.
- Servidoras/es aposentadas/os há menos de 5 anos, que receberam abono de permanência quando em atividade.

Órgãos: Todos.

Documentos necessários para a ação de perdas no abono de permanência:

- Cópia simples de Identidade, CPF e comprovante de residência;
- Kit do jurídico;
- Fichas financeiras dos últimos 5 anos;

Prejuízos com a pandemia

O Sindprev estuda entrar com processo visando o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei Complementar 173/2020, que retirou temporariamente uma série de direitos das/os servidoras/es desde a data da sua entrada em vigor, em 28/05/2020, até 31 de dezembro de 2021.

Em maio de 2020, o governo Bolsonaro editou a Lei Complementar 173, que condicionava os repasses federais apenas aos Estados e municípios que congelassem a carreira de seus servidoras/es, cujo tempo de serviço só voltaria a ser computado em janeiro de 2022. Com isso, todo o funcionalismo nacional teve postergados direitos como progressão funcional, quinquênios, licenças-prêmio, etc.

Embora algumas decisões judiciais tenham apontado a inconstitucionalidade dessa lei, por invadir a autonomia dos demais entes federativos, o Supremo Tribunal Federal (STF) acolheu o entendimento contrário, decidindo que a Lei era constitucional, e pacificando a questão.

Este cenário mudou em março deste ano, quando o governo promulgou a Lei Complementar federal 191/2022, que anulou esse congelamento de 18 meses nas carreiras da Saúde e da Segurança Pública, tanto na União como nos Estados e municípios.

Apesar das/os demais servidoras/es não terem sido beneficiadas/os pela nova lei, abriu-se uma possibilidade de levar esse questionamento ao judiciário, sob o argumento de quebra do princípio da igualdade, na medida em que a Lei beneficia alguns servidores em detrimento de outros.

O resultado favorável teria como consequência o benefício dos servidores em relação à progressão funcional (e seus reflexos salariais), além de licença prêmio e quinquênios, para ficar nos exemplos mais conhecidos.

O modelo a ser utilizado pelo sindicato será o da ação coletiva, com vistas a beneficiar todos as/os servidoras/es que se encontrarem filiadas/os na época da propositura da ação.

SINDPREV
FILIADO À FENASPS E À CSP-CONLUTAS

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde, Trabalho e Previdência Social no Estado do Espírito Santo
(SINDPREV-ES) | Edição: Diretoria do Sindprev-ES | Edição Nº 240

ENDEREÇO: Rua Barão de Monjardim, 190, Centro – Vitória - ES. CEP: 29.010-390 - Tels: (27) 2121-2600 - 2121-2618

☎ 27 99311-0450 | www.sindprev-es.org.br | organizacao@sindprev-es.org.br | [f](https://www.facebook.com/sindpreves) [i](https://www.instagram.com/sindpreves) [y](https://www.youtube.com/sindpreves) @sindpreves

O conteúdo dos textos publicados neste informativo é de inteira responsabilidade da diretoria executiva do Sindprev-ES. E os artigos assinados, responsabilidade dos seus autores.

Sindprev-ES aponta desmonte do INSS em audiência pública na Ales

Atividade denunciou o corte de recursos, a falta de servidoras/es, as mudanças no atendimento à população, o sucateamento das agências, entre outros problemas

Fotos: Lucas S. Costa/Ales



O diretor do Sindprev-ES, José Ramos, e a filiada ao sindicato, Silvana da Silva Tiburcio, denunciaram o desmonte que vem ocorrendo no INSS, como os cortes de recursos e a falta de servidoras/es que levam à precarização do trabalho e dos serviços que são ofertados à cidadã e ao cidadão.

As denúncias foram feitas em audiência pública, realizada na Assembleia Legislativa (Ales), promovida pela Comissão de Defesa da Cidadania e dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, no dia 3 de junho.

A ideia da atividade surgiu na base, durante a greve da categoria – realizada de 23 de março a 24 de maio, com intuito de apresentar à sociedade a situação precária do Instituto. O sindicato então realizou uma reunião com a deputada Iriny Lopes (PT) e apresentou à parlamentar a situação, que encaminhou pela realização da audiência pública.

Ramos e Silvana, que são analistas do Seguro Social, apresentaram dados da situação do INSS e como a política de desmonte tem afetado o dia a dia de trabalhos e serviços prestados à população que mais precisa acessar benefícios assistenciais, auxílios, aposentadorias, pensão, entre outros.

Destruição da seguridade social

O diretor Ramos apresentou um cenário mais geral da situação da seguridade social e os ataques que ela vem sofrendo, como as reformas que retiram direitos das/os trabalhadoras/es, como a previdenciária e a trabalhista.

“Estamos vendo a destruição da seguridade social, que na Constituição de 1988, é formada por um tripé: assistência, previdência e saúde. É básica e essencial para a proteção das pessoas, para o bem estar das pessoas. Desde que foi inserida na Constituição, ela vem sofrendo ataques constantes, com mudanças e reformas”, denunciou.

Desestruturação

“O uso das ferramentas tecnológicas dificultam o acesso do cidadão aos serviços, em especial daqueles que não têm familiaridade com as plataformas digitais, não têm acesso adequado à internet, têm baixa escolaridade ou são analfabetos”, apontou Silvana da Silva Tiburcio expondo a desestruturação do atendimento à população.

O Instituto tem ampliado o uso do MEU INSS e do canal 135. “Esse desmonte na forma de atendimento, ele caracteriza uma violação de direitos”, reforçou a representante da base do Sindprev-ES.

“A desestruturação do INSS passa também pela desestruturação de suas estruturas de atendimento. A gente tem agências em todo o país que estão totalmente sucateadas, com uma rede de internet que não suporta o trabalho dos servidores, sistemas operacionais inoperantes. Não conseguimos desenvolver o trabalho como gostaríamos de desenvolver. A gente tem computadores arcaicos, e a gente ainda vive com o fantasma de fechamento de agências”, denunciou Silvana.

A servidora apontou ainda o déficit de servidoras/es no Instituto que, em 2015, tinha aproximadamente 36 mil servidoras/es e, em 2022, conta com 19 mil. Enquanto isso, cerca de 2 milhões e 400 mil pessoas aguardam análise de processos do INSS. “Não precisa ser um gênio da matemática para fazer esse cálculo e ver que 19 mil servidores não têm condições de atender uma demanda que 36 mil servidores faziam”, disse Silvana, apontando também para o corte de R\$ 988 milhões no orçamento do Instituto.

Participaram da audiência também a deputada Iriny Lopes e o deputado federal Helder Salomão, ambos do PT, integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), assistentes sociais e funcionários de Cras, integrantes do Conselho Regional de Serviço Social do Espírito Santo (CRESS-ES) e da Associação dos Docentes da Universidade Federal do Espírito Santo (Adufes).

Categoria aprova a criação do fundo de greve

Recursos do fundo serão utilizados para pagar as despesas do movimento que durou mais de 60 dias



Durante o movimento grevista, a categoria debateu e aprovou a criação do fundo de greve. A aprovação ocorreu em uma assembleia geral da categoria, realizada no dia 6 de maio, em frente à Agência do INSS da Avenida Beira-Mar, em Vitória, e contou com transmissão pelo Google Meet.

O fundo de greve será formado com o desconto feito por dois meses (maio e junho de 2022) na folha de pagamento de todas/os as/os filiadas/os ao sindicato.

“O fundo será utilizado para o pagamento de despesas da greve. Afinal foram mais de 60 dias de movimento, com realização de várias atividades, como viagens aos locais de

trabalho para mobilização, diversas assembleias, atividades em Brasília, contribuição para caravanas na capital federal, produção de faixas e panfletos, entre outras ações”, informou a direção do Sindprev-ES.

O desconto para o fundo

Todos os meses é descontado 1% de contribuição sindical das/os filiadas/os ao sindicato. Com a criação do fundo, aprovado em assembleia, será descontado 1% a mais por mês, no total de 2%, durante dois meses (maio e junho de 2022). Esse percentual de 1% a mais será destinado ao fundo.

Greve da categoria é destaque na imprensa

A greve das/os servidoras/es do seguro e da seguridade social foi destaque nos meios de comunicação capixabas, graças ao trabalho de comunicação realizado pelo Sindprev-ES.

O movimento foi notícia no ESTV 1 - TV Gazeta/Globo, no jornal Link Espírito Santo, da Record News, nos portais de notícias Sécuro Diário, A Gazeta, ESHOJE, e no jornal A Tribuna.

Nessas inserções na mídia, o Sindprev-ES buscou informar à sociedade sobre a situação precária das/os servidoras/es públicos e dos serviços públicos, que afeta diretamente o atendimento à sociedade.



Servidora Silvana da Silva Tiburcio em entrevista à TV Gazeta durante a greve

Proteja-se: a pandemia de Covid-19 não acabou!

O Brasil registra um forte crescimento de casos de Covid-19, e a situação não é diferente no Espírito Santo, que registra a “quinta fase de expansão da curva de casos”, conforme informações da secretaria de Saúde do Estado.

Diante do aumento de casos, o Sindprev-ES alerta para a importância de usar a máscara de proteção facial em ambientes fechados, de preferência as do tipo “PFF2” ou “cirúrgica”, bem como tomar todas as doses de vacina disponíveis para as faixas etárias.

Importante! O uso de máscara é obrigatório durante os atendimentos presenciais no Sindprev-ES. A pandemia não acabou! Proteja-se!

Com a greve, servidoras/es do INSS conquistam a incorporação da Gdass ao vencimento básico e mais benefícios

Além das vitórias, as/os grevistas conquistaram que não haja corte de ponto. Quem aderiu à paralisação poderá compensar o período de greve até o dia 30 de junho de 2023

Uma das conquistas da greve para a categoria do Seguro Social foi a incorporação da Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (Gdass) ao vencimento básico, para ativos e aposentados, num prazo de dois anos. “Isso pode significar um reajuste de 40%. A previsão é começar em janeiro de 2023. O ministro da Previdência e do Trabalho se comprometeu a encaminhar ao ministro da Fazenda, e fazer pressão junto aos parlamentares. Ou seja, temos que manter a luta para efetivar essa conquista”, reforça a diretora do Sindprev-ES, Marli Brigida.

Sobre essa demanda, em reunião no dia 23 de junho, o ministro do Trabalho e Previdência (MTP), José Carlos Oliveira, informou que o ministério está buscando complementação orçamentária para que essa demanda seja materializada.

Pontuação no home office

Marli destacou também a conquista na redução dos pontos da meta de produção mensal para as/os servidoras/es que estão trabalhando em home office. “Para o pessoal que atua no presencial, nas agências, a pontuação é de 90 pontos e para quem atua em home office era de 110 pontos. Com a conquista da greve, essa pontuação do pes-



soal em home office passará a ser também de 90 pontos”, salientou a diretora do sindicato.

Outra vitória do movimento grevista foi a redução no número de atendimentos realizados pelas/os assistentes sociais. “É uma conquista diante dos muitos relatos que temos de casos de adoecimento, de jornada de trabalho que passa das 6 horas diárias de atendimento ao público, bem como a precarização de forma geral”, lembrou Marli.

Acesse o site do Sindprev-ES (www.sindprev-es.org.br) e confira o acordo de greve completo!

Carreira de Estado

Sobre o Projeto de Lei da Carreira do Seguro Social como Carreira Típica de Estado, o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos Oliveira, informou, em reunião no dia 23 de junho, que é necessário realizar articulação com o Ministério da Economia para envio à Casa Civil. A Fenasps continuará na cobrança do encaminhamento dessa pauta.

Compensação dos dias de greve

Sobre esse tema, os grevistas conquistaram que não haja corte de ponto, sendo que as/os servidoras/es que aderiram à paralisação poderão compensar o período de greve até o dia 30 de junho de 2023.

INSS publica portarias

No dia 24 de junho foram publicadas duas portarias pelo INSS que são frutos da greve e que têm relação com a luta por melhores condições de trabalho.

Uma é a portaria de Nº 1.454, que visa instituir o Comitê Gestor permanente, de caráter deliberativo, para analisar e propor o aprimoramento dos processos de trabalho dos serviços previdenciários no âmbito da Reabilitação Profissional e do Serviço Social do INSS.

E a outra é a de número 1.455 que visa instituir Comitê permanente, com participação paritária entre o INSS e as entidades sindicais signatárias do Termo do Acordo de Greve nº 1/2022, para analisar e propor o aprimoramento dos processos de trabalho no âmbito do INSS, com poder deliberativo para apresentação de propostas à Presidência do INSS.

Acesse o site do Sindprev-ES e confira as portarias na íntegra!

Aposentadas/os reforçam a greve!

Um dos destaques da greve foi a participação das/os aposentadas/os do Ministério da Saúde, do Trabalho e do INSS na luta. “A contribuição dos aposentados foi muito importante. Participamos das assembleias, ajudamos a mobilizar outros aposentados e aposentadas. Mostramos que estamos prontos para qualquer chamada do Sindprev-ES para greves, manifestações, para lutarmos pelos nossos direitos. Conquistamos a incorporação da Gdass para o INSS e a direção da Fenasps busca estender essa conquista para o pessoal da Saúde e do Trabalho”, enfatizou o diretor do Sindprev-ES, Francisco dos Santos Filho, o Chiquinho.

Para a servidora aposentada do INSS de Vila Velha, Léa Rebeque de Brito Rosa, com a greve, as/os trabalhadoras/es mostraram que é possível se organizar, mesmo diante de tantos ataques. “Estamos diante de cinco ou mais anos sem concurso público, que esse governo que hoje está aí fez de tudo para precarizar todas as condições de trabalho, e fazer com que os servidores pedissem aposentadoria, porque já não aguentavam mais. A ideia é enxugar os quadros, ou até privatizar os serviços e a Previdência Pública. Os aposentados e aposentadas podem ajudar em um movimento grevista diante de tanto sucateamento do quadro de pessoal, como de suas condições de trabalho”.

MS publica nota técnica que trata da conversão do tempo especial em comum

A nota é uma importante vitória da greve, pois corrige uma distorção de mais de 30 anos. Em especial para as/os profissionais que executam suas tarefas em ambientes insalubres

Nos últimos cinco anos, as/os trabalhadoras/es do Ministério da Saúde (MS) vêm dialogando sobre o estabelecimento das regras para a concessão de conversão de tempo especial em comum. Nessa luta, houve uma importante vitória com o reconhecimento do benefício por parte do Superior Tribunal Federal (STF) e, na sequência, pelo Ministério da Economia.

Mesmo assim, as/os servidoras/es enfrentaram muitas dificuldades para o MS regulamentar, após análise da Conjor, a forma a ser adotada para conversão do tempo dentro do órgão.

Nesse período, os processos de aposentadorias nas superintendências ficaram paralisados aguardando uma orientação sobre o tema.

Após a deflagração da greve, em abril deste ano, a categoria intensificou os debates da pauta específica de reivindicações das/os servidoras/es da Saúde junto à Gestão de Pessoas, onde esse tema amadureceu e culminou com a publicação da Nota Técnica (NT) 05 de 02 de maio de 2022, que regulamenta dentro do órgão como se dará o acesso a esse benefício.

A NT é uma importante vitória desta greve, pois corrige uma distorção de mais de 30 anos. Em especial para os profissionais que executam suas tarefas em ambientes insalubres, principalmente aquelas/es que manuseiam inseticidas.



Foto: Fenasps

Reunião de diretores da Fenasps com representantes do Ministério da Saúde, em Brasília, durante a greve

“Os estados têm que chamar os servidores para contar o tempo. Já enviamos ofício ao MS no estado para sabermos como será essa implementação, mas eles disseram que ainda não têm informações sobre isso. Precisamos manter a mobilização e a luta para garantir essa conquista. E só assim avançaremos em outros pontos da nossa pauta específica, como a jornada de 30 horas”, destacou o diretor do Sindprev-ES, Willian Aguiar.

Acesse o site do Sindprev-ES e confira a nota técnica e a pauta de reivindicações completa da Saúde!

SEM CORTE DE PONTO!

Em junho, as/os servidoras/es do Ministério da Saúde (MS) em greve suspenderam o movimento. A decisão se deu após compromisso do ministério em autorizar a compensação do período de paralisação – podendo ser feito por horas ou mutirão.

A exemplo das negociações ocorridas na greve do INSS e do Ministério do Trabalho, nas quais houve o reconhecimento formal do direito de greve, foi aplicada a Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 54, de 20 de maio de 2021. O Ministério da Saúde fará devolução dos valores descontados, bem como suspenderá quaisquer descontos referentes à greve da categoria, realizada a partir de 23 de março de 2022.

MANTER A LUTA

No dia 22 de junho, a Fenasps realizou o Encontro Nacional virtual de trabalhadoras/es da Saúde. Na atividade, a categoria debateu a situação do reajuste das/os servidores públicos, que está sendo oferecido pelo governo apenas com uma correção do vale-refeição; os desdobramentos da greve da Saúde e do Trabalho; os problemas com a centralização da gestão das aposentadorias dos regimes próprios e a situação dos planos de saúde suplementar (GEAP e Capesaúde).

O encontro produziu um Plano de Luta para o próximo período, apontando a necessidade de manter a luta por direitos e melhorias para as/os trabalhadores. Acesse o site do Sindprev-ES e confira o relatório completo do evento.

CATEGORIA DO TRABALHO CONQUISTA RETORNO DO GPCOT

As/os servidores do ex-Ministério do Trabalho também conquistaram avanços com a luta na greve.

“Um deles foi o retorno do grupo permanente de discussão de condições de trabalho do ex-Ministério do Trabalho (GPCOT/MTb)”, destacou o diretor do Sindprev-ES, Willian Aguiar.

Outra conquista foi o compromisso, por parte do governo, para a discussão de uma carreira para a categoria do Trabalho.

Os grevistas também conseguiram evitar o corte de ponto em função do movimento, com a reposição dos dias parados.

“A tarefa de todas/os servidoras/es é manter a mobilização, fazer articulações com parlamentares para que o acordo de greve seja cumprido na sua totalidade, bem como permanecer vigilantes e unidos. Apesar da força da greve, não foi possível avançar em todas as pautas devido à intransigência do governo em negociar com as/os trabalhadoras/es”, orientou a Fenasps.